

1- Deram-se na última semana greves reivindicativas em sectores muito importantes, pelo contacto directo que a população de Lisboa com eles mantém: transportes e panificação. Com a justificação de que várias greves se revestiam de características provocatórias, verificaram-se por parte de algumas organizações políticas, reacções tendentes ao fim destas movimentações.

2- Parece também desenhar-se, por parte dessas mesmas organizações, uma tentativa de isolamento de alguns grupos de extrema esquerda, procurando dar-se à população a ideia de que tais grupos são provocatórios e perigosos e de que todas as suas actuações devem ser denunciadas e impedidas.

3- É neste quadro geral que o M.E.S. define a sua posição por intermédio deste comunicado.

4- A situação económica, social e política do País é profundamente grave, na medida em que o Capitalismo Português está em crise acentuada, a luta de classes se agudiza cada vez mais, as contradições entre os capitalistas são progressivamente maiores, a paz nas colónias ainda está longe. Face a esta crise duas posições opostas têm vindo a ser adiantadas: A daqueles que em nome da unidade entre as massas populares e as Forças Armadas, agitando o espantinho do fascismo, procuram que esta crise se atenuie sem grandes sobressaltos, e a dos que considerando o País numa situação pré-revolucionária, agem na busca do agravamento dessa crise, fazendo a denúncia do carácter de classe da actual situação política e procurando os confrontos que permitam essa denúncia. O M.E.S. não considera correcta qualquer dessas duas posições.

5- A classe operária e outros sectores da população trabalhadora têm vindo a tomar progressiva consciência da exploração enorme a que o Capitalismo Português os tem sujeitado e face ao agravamento do custo de vida que nos últimos tempos se deu, procuram na luta a satisfação das suas reivindicações e a diminuição da sua exploração. Entretanto em nome da protecção à pequena e média empresa, e dos limites do próprio Produto Nacional Bruto, o Governo Provisório e os Partidos nele representados, procuram mostrar aos trabalhadores que têm de ser razoáveis, que não podem exigir muito, que a economia portuguesa não aguenta, etc.

- Assim decretam o salário mínimo nacional de 3.300\$00, que

apesar de ser tão diminuto não abrange todos os portugueses - aos trabalhadores rurais, aos jovens e aos soldados não é reconhecido o direito àquele mínimo salarial.

- A argumentação com que se pretende provar a impossibilidade de estabelecer um salário mínimo mais elevado e que abranja efectivamente todos os trabalhadores, apenas vem demonstrar que o Capitalismo Português não tem capacidade de satisfazer as necessidades mínimas dos que tudo produzem - os trabalhadores, os quais só têm possibilidade de ver as suas necessidades satisfeitas e os seus problemas efectivamente resolvidos num sistema socialista pelo qual há que lutar desde já.

6- Tentar convencer os trabalhadores portugueses de que os seus únicos inimigos são os "monopólios", de que os interesses da pequena e média burguesia possuidora e dos trabalhadores são idênticos, de que a ameaça de retorno ao fascismo é real e de que os "monopólios" serão os interessados nesse retorno, é perigoso, porque é uma conclusão resultante de interpretações erradas da situação actual e da sua provável evolução futura. Efectivamente, os trabalhadores portugueses são os primeiros a perceber no seu dia a dia que são explorados por todos os patrões (grandes, médios e pequenos burgueses), que os seus interesses nada têm a ver com os interesses dos pequenos e médios empresários. Mas, o medo do regresso ao fascismo é um medo real, e tem vindo a ser aumentado pelas alusões que são feitas ao Chile, à Bolívia, ao Brasil ou à Grécia. É muito improvável no entanto, que o sector dominante da classe capitalista (o capital financeiro) esteja neste momento interessado em que se volte à situação anterior ao 25 de Abril; tal situação política, no processo de desenvolvimento do Capitalismo em Portugal também lhe não interessava e isso é visível pela facilidade com que o regime fascista caiu, pela falta de apoio que a esse regime vinha sendo dada pelo capital financeiro e pela adesão rápida de alguns dos principais grupos económicos à nova situação criada após o 25 de Abril. A haver algumas ameaças fascistas será muito mais provável que sejam promovidas pelos sectores da burguesia em decadência (entre os quais estão alguns dos pequenos e médios industriais, proprietários e comerciantes), do que pelo capital financeiro.

7- Por outro lado, é fundamental que os trabalhadores compreendam que a ameaça do fortalecimento da reacção não vem da actividade dos grupos "esquerdistas" mas sim e fundamentalmente desses sectores da

burguesia nacional em crise e do capitalismo internacional, nada interessado no surgir de um futuro em que os trabalhadores portugueses sejam quem controla e dirige Portugal.

3- Deste modo, a posição do Movimento de Esquerda Socialista face à actual situação pode resumir-se nos seguintes pontos:

- Considera-se que as causas fundamentais das lutas desenvolvidas na última semana, tanto nos transportes como na panificação, são a exploração a que os trabalhadores destes sectores estão sujeitos e não manobras provocatórias e reaccionárias.

- Admite-se que essas manobras tenham existido e incita-se os trabalhadores destes sectores ou de outros em que a greve tradicional seja manifestamente anti-popular, para que para além de isolarem os provocadores, procurem formas de luta que sejam fundamentalmente contra os patrões e não contra a população; deste modo, os trabalhadores da Carris deviam ter feito greve à cobrança de bilhetes e os das padarias deveriam ter produzido e distribuído o pão gratuitamente pelo povo.

- Chama-se a atenção da população para não colaborar nas interpretações que insistem em que "o perigo vem da esquerda" quando é certo que o perigo vem da burguesia e do capitalismo internacional.

- Considera-se correcta a palavra de ordem de unidade das massas populares com as Forças Armadas e assim, entendem-se como aventureiras e infantis todas as acções destinadas fundamentalmente a quebrar tal unidade e que apenas demonstram a falta de enraizamento nas classes trabalhadoras dos grupos que propõem tais acções.

- Entende-se esta palavra de ordem (unidade das massas populares com as Forças Armadas) numa perspectiva de evolução, vendo-se na mobilização, consciencialização e organização das massas populares e na consciencialização dos oficiais, sargentos e praças a tarefa fundamental do actual momento político, considerando-se perigosa e desmobilizadora essa aliança, se estiver parada e não permitir um avanço para novas e melhores formas.

- Incitam-se os trabalhadores mais conscientes nas cidades e nos campos, a mostrarem aos seus camaradas, que só num Portugal Socialista, só numa sociedade inteiramente controlada e dirigida pelos trabalhadores, nos planos económico, político, social e cultural, os problemas do País poderão ser resolvidos, a emancipação dos trabalhadores será um facto e a verdadeira democracia realizada.

A COMISSÃO POLÍTICA DO M.E.S.